

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -
CURITIBA**

**TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS
POLÍTICOS II**

ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

VIVIAN DE ALMEIDA GREGORI TORRES

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

Secretário Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Representante Discente – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

Conselho Fiscal:

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

Secretarias:

Relações Institucionais – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

Educação Jurídica – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDi

Eventos – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

Comunicação – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

T314

Teorias da democracia e direitos políticos II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Armando Albuquerque de Oliveira, Vivian de Almeida Gregori Torres – Florianópolis:
CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-378-8

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Teorias da Democracia. 3. Direitos Políticos. I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

TEORIAS DA DEMOCRACIA E DIREITOS POLÍTICOS II

Apresentação

Os trabalhos publicados nessa obra, tem como base os artigos científicos apresentados no Grupo de Trabalho: Teorias da Democracia e Direitos Políticos II, durante o XXV Congresso do CONPEDI, ocorrido entre os dias 07 a 10 de dezembro de 2016, no Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA, sobre o tema “Cidadania e Desenvolvimento Sustentável: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito”.

A proposta do trabalho é inovadora, vez que a partir da apresentação dos resumos relatados pelos pesquisadores, realizou-se um debate no âmbito do Grupo de Trabalho, facultando aos participantes a oportunidade de aprimorar a pesquisa realizada, bem como trocar experiências e informações.

O resultado obtido foram conceitos amadurecidas que espelham uma perspectiva ampla, sobre temas polêmicos e atuais, que também tem a pretensão de dar continuidade à ideia de divulgar a pesquisa produzida por alunos de pós-graduação.

O esforço e dedicação dos participantes foram fundamentais para o sucesso do Grupo de Trabalho e a expectativa é de que o debate ocorrido contribua para o aprimoramento do conhecimento da temática.

Os artigos científicos apresentados foram:

1. DIREITO À MEMÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE
2. A PARTICIPAÇÃO POPULAR E A DEMOCRACIA
3. SISTEMA DE PARTIDOS NO BRASIL: O POTENCIAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 286/2013
4. AS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO PARA O EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA

5. SOCIEDADE DE CONSUMO: A DISSOLUÇÃO DOS VÍNCULOS SOCIAIS E A DIFICULDADE DE ENCONTRAR UM DIREITO DE TODOS NA SOCIEDADE MODERNA

6. UMA ANÁLISE DO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO A PARTIR DA DECISÃO LIMINAR NOS MANDADOS DE SEGURANÇA 34.070/DF E 34.071/DF

7. “CLÁUSULA DE BARREIRA” COMO RESPOSTA À CRISE DO SISTEMA POLÍTICO NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES

8. DEMOCRACIA DELIBERATIVA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO PÚBLICA.

9. A CRISE DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E A NECESSIDADE DE CONCILIAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO COM O DESENVOLVIMENTO HUMANO.

10. O EFEITO VINCULANTE DA JURISPRUDÊNCIA DO TSE: A VIGÊNCIA DO ARTIGO 263 DO CÓDIGO ELEITORAL E O PROSPECTIVE OVERRULING

11. O EXERCÍCIO DO VOTO NO ESTADO DE SÃO PAULO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ENCARCERADO

12. MULHERES NA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE AS LUTAS IDENTITÁRIAS X SOCIEDADE PATRIARCAL CAPITALISTA

13. A REFORMA DO SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS ATUAIS

14. A ÉTICA DAS MULTIDÕES NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

Com se vê, os artigos exploraram de forma ampla a pluralidade de temáticas decorrentes das questões que envolvem a democracia e os direitos políticos, assunto que nos dias atuais tem despertado muito interesse em razão da crise da representação política instalada pela corrupção dos quadros partidários.

Por fim, esperamos que a presente obra seja fonte de inspiração para o desenvolvimento de novos projetos e textos em defesa da democracia e dos direitos políticos.

Dr. Armando Albuquerque de Oliveira

Professor do Centro Universitário de João Pessoa e Universidade Federal da Bahia

Dra. Vivian A. Gregori Torres

Professora da Escola Superior de Advocacia de São Paulo

DIREITO À MEMÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

RIGHT TO MEMORY: CONSIDERATIONS ABOUT THE REPORT OF THE NATIONAL COMISSION OF TRUTH

Ivo dos Santos Canabarro ¹
Bianca Strücker

Resumo

O artigo discute dimensões significativas de uma memória subterrânea, produzida a partir do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil. São memórias de indivíduos e de grupos que sofreram com a tortura na ditadura militar brasileira. A primeira parte aborda questões que definem a memória em diferentes situações no mundo atual, enfatizando conceitos e categorias que nos permitem chegar a uma definição da memória subterrânea. Na segunda parte, a abordagem está relacionada a possibilidade de entendimento de uma memória produzida pelo Relatório da CNV. São analisados dados e situações que compõem todo um conteúdo histórico.

Palavras-chave: Comissão nacional da verdade, Memória, Direitos humanos

Abstract/Resumen/Résumé

The article deliberates meaningful dimensions of an underground memory, produced from the Report of the National Comission of Truth (NCT) in Brazil. They are memories from individuals and groups that suffered torture during the Brazilian military dictatorship. The first part approaches matters that define memory in diferente situations in the world today, emphasizing concepts and categories that allow us to reach a definition about this underground memory. At the second part, the approach is related to the possibilty of understanding a memory produced by the NCT Report. Data and situations are analyzed and they compose all the historical contente.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: National comission of truth, Memory, Human rights

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Universidade de Paris III. Professor do PPGD em Direitos Humanos UNIJUI, RS.

Introdução

O direito à memória é uma prerrogativa fundamental para o entendimento do papel dos atores sociais no mundo contemporâneo, traz consigo a possibilidade de conhecer a plenitude da vida em diferentes contextos e situações vivenciadas no cotidiano. A memória é considerada como elemento de construção e afirmação de identidades, sejam elas individuais como coletivas. As sociedades recorrem à memória para criar elementos que as identificam como um estado nação, procuram selecionar acontecimentos ou lugares consagrados para serem lembrados como fundadores de uma identidade coletiva, para dar legitimidade aos diferentes grupos sociais que detêm o poder. É sempre um jogo de poder, são memórias em disputa, procuram escolher a que melhor se adapta para criar uma noção de unidade e reconhecimento do Estado. Sendo assim, a memória oficial serve para garantir a legitimidade dos jogos de poder existentes em todos os contextos sociais, existindo sempre uma dicotomia, ou seja, aquilo que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido. Memória e esquecimento são antagônicos e complementares, fazem parte dessa disputa de poder.

A garantia da memória e do reconhecimento das identidades é uma questão presente em distintas sociedades, nas quais são elaborados modelos de representação para dar uma noção de pertencimento dos indivíduos e dos grupos. São reconhecidas tanto as memórias individuais quanto as coletivas e as oficiais todas fazendo parte de um conjunto bem elaborado de poder e pertencimento. A discussão sobre o poder faz parte de todo um jogo de reconhecimento e legitimidade dos diferentes grupos sociais, todos lutando pelo seu espaço e legitimidade. Os grupos que detêm mais poder são os mais propensos ao reconhecimento de sua identidade, os demais precisam de políticas públicas para obter reconhecimento e espaço num contexto cada vez mais disputado pelas diferentes representações do poder. Cabe ao estado garantir a participação equitativa de todos os indivíduos e grupos, pois geralmente as minorias não têm o reconhecimento merecido de suas identidades, ficando fora de uma elaboração da memória oficial. Mas independente desses jogos de poder, todos têm sua identidade, pois ela é construída na interação dos indivíduos e dos grupos.

O que acontece com os jogos de poder é uma afirmação efetiva das memórias dos grupos que tem maior reconhecimento social, decorrente disso, os demais grupos estão em constante luta para garantir a sua representatividade e reconhecimento. Mesmo numa situação mais específica do reconhecimento e garantia de memória individual,

algumas pessoas têm dificuldade de conquistar espaço num contexto de muitas lutas pelo poder, o que é recorrente no mundo contemporâneo. Os processos de esquecimento e não-dito de uma memória individual e coletiva é muito presente, muitas questões e vivências permanecem como memórias subterrâneas, ou seja, como não-ditas é uma forma de silenciar. Alguns acontecimentos e períodos muito traumáticos permanecem no esquecimento para não se trazer à tona aquilo que muitos consideram como ameaça para a legitimidade de personagens ou grupos. O esquecimento, nestes casos, serve como uma forma de preservação de algumas identidades consideradas como legítimas e afirmadoras de um poder já constituído. Sendo assim, trazer a luz do dia estas memórias, poderia mudar os discursos que legitimam o lugar social de alguns sujeitos que detêm o poder, e acima de tudo considerados como portadores legítimos de representatividade no estado. A memória é sempre seletiva, guarda para si algumas questões que permanecem como não-ditas, e permite por sua vez elucidar aquilo que pode ser mostrado e comemorado em diferentes contextos históricos. Portanto, existe sempre um mecanismo de seleção e aprovação daquilo que é rememorado/comemorado.

O artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas em um projeto¹ que aborda a questão da memória no tempo presente, considerando que em tempos autoritários mais especificamente nas ditaduras militares, a memória permanecia em recuo. Sendo assim, foi precioso um longo período de silêncio, até elucidar as experiências traumáticas vividas por pessoas que lutaram contra o regime autoritário. O resgate de uma memória traumática, foi fundamental para o entendimento dos sofrimentos que as pessoas passaram durante o período de tortura, bem como dos familiares que tiveram pessoas desaparecidas durante a ditadura. O que se constrói sobre a ditadura militar no Brasil é resultante de um processo de revisão de estudos sobre a memória, pois muito do que se produziu é bem parcial. Foi preciso criar uma Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil para que os estudos fossem aprofundados, mas o trabalho é muito recente. O Relatório elaborado pela comissão precisa ser pesquisado e interpretado para se criar uma nova versão histórica sobre os acontecimentos. A pesquisa realizada pela CNV é muito rica em detalhes, capaz de servir como base para os cientistas sociais construírem trabalhos mais próximos ao que realmente aconteceu. As caravanas criadas pela CNV percorreram o Brasil em busca de depoimentos de pessoas que foram torturadas e também familiares de desaparecidos. Os depoimentos dessas pessoas construíram uma

¹ Projeto de pesquisa Entre memória e esquecimento: a desconsideração dos direitos humanos nas ditaduras militares, desenvolvido no Mestrado em Direitos Humanos na UNIJUI, RS.

memória coletiva sobre a ditadura militar que até o momento histórico ainda não conhecíamos.

A primeira parte do artigo aborda os desdobramentos da memória individual e coletiva para o entendimento da importância de seus estudos no mundo contemporâneo, destaca-se autores que discutem os vários entendimentos sobre a memória individual, coletiva e oficial. Nesta perspectiva de análise, temos que destacar a memória como um elemento fundamental para a criação das identidades, tanto as individuais quanto as coletivas. Pois os nossos atores sociais pesquisados, tem a necessidade de seu auto reconhecimento individual e nos seus grupos de pertencimento. Os estudos sobre a memória somente encontram ressonância quando aplicados a estudos de caso, sendo assim vamos nos deter num conceito chave para a nossa pesquisa a memória subterrânea. A partir dela alocamos os nossos atores sociais que sofreram torturas e mesmo os desaparecidos na ditadura militar brasileira, pois eles foram condenados durante muito tempo a permanecerem no silêncio, como uma memória não-dita. Muitas destas pessoas permaneceram no silêncio por medo de expor as suas experiências traumáticas, pois a tortura marcou muito as suas vidas. As memórias subterrâneas são as mais complicadas de vir à tona, pois são tão traumáticas que as pessoas preferem o silêncio, é preciso encontrar uma escuta confiável para ser exteriorizada. Neste sentido, a abordagem vai construir um percurso das memórias elucidando uma aproximação entre a questão teórica e metodológica até o encontro com as experiências vividas pelas pessoas que foram torturadas na ditadura militar.

Na segunda parte do artigo a abordagem está direcionada para a análise do Relatório da CNV, analisando os dados que dizem respeito a tortura e as mortes de pessoas que lutaram contra o regime autoritário no Brasil. O Relatório é bem complexo e denso composto por três volumes estudando os casos dos torturados, mortos e desaparecidos, sendo assim vamos quantificar alguns dados para dar conta de uma análise mais sistemática. Para muito além dos dados numéricos apresentados o que mais nos interessa é essa noção de memória subterrânea, pois o sofrimento dessas pessoas foi guardado durante muito tempo, não tinham coragem e confiança para expor publicamente. Todo o sofrimento foi recalcado durante quase esses quarenta anos, tudo isso como uma memória não-dita, um longo período de esquecimento para as pessoas darem continuidade as suas vidas. Mas sempre ficou esse desejo de exteriorizar os sentimentos guardados, o não-dito, o Relatório da CNV traz essa possibilidade de

conhecermos com detalhes as experiências das pessoas torturadas, os depoimentos são emblemáticos e dão conta de toda uma memória subterrânea.

Desenvolvimento

2.1 – A elucidação da memória no mundo contemporâneo

A memória no mundo contemporâneo é um fator que define as identidades, tanto as individuais quanto as coletivas, sendo um elemento que permite com que cada um de nós consiga ocupar o seu lugar social. Na memória é possível deslumbrar as questões que permaneceram durante muito tempo condenadas ao esquecimento, é um meio de recordar nossas vivências em diferentes períodos históricos. A memória é uma guardiã de experiências e sensações que acumulamos ao longo da nossa vida, podemos a viver individualmente ou em grupo. Mas a memória é viva, não está condenada ao passado ao esquecimento, ela pode ser acessada a qualquer momento nos trazendo referenciais de toda a experiência humana. A ligação entre o passado e o presente é um fio condutor da memória, ele nos traz à luz do dia tudo aquilo que ficou por tanto tempo no silêncio, é uma forma de construção da nossa definição de identidade como indivíduo e como grupo. Tudo aquilo que permaneceu por tanto tempo como não-dito pode voltar a qualquer momento nos dando uma noção clara dos acontecimentos. Por isso a memória e o esquecimento são antagônicos e complementares.

O esquecimento pode ser um antagonismo da memória, mas, ao mesmo tempo, ele é complementar. Muitas de nossas experiências permanecem no esquecimento para darmos continuidade a vida, não é possível lembrar de tudo a todo o momento. O esquecimento é importante para tornar a nossa vida mais suportável, para conviver com o mundo que nos cerca cotidianamente. A premissa do esquecimento também é válido para a memória coletiva, muitos acontecimentos sociais foram tão traumáticos que são legados ao recalque, de forma a serem banidos de uma memória oficial. Os desdobramentos da memória são incríveis, de um lado ela pode representar uma prisão do que foi traumático, por outro ela poderá servir também com mais um mecanismo de libertação. Para Le Goff (1996), a memória pode representar um elemento de libertação em diferentes sociedades, libertar tudo aquilo que aprisiona. É um mecanismo de construção de identidades para si mesmo e para o outro, portanto, nos indica o lugar social que ocupamos e como somos vistos pelos outros. Sendo assim, a memória individual está de certa forma relacionada à memória coletiva, estabelecendo laços que

permitem configurar identidades. Muito daquilo que vivemos individualmente está contemplada na memória coletiva, pois os grupos viveram experiências que nos fazem sentir como atores que pertencem a uma coletividade.

Mas a memória também está acoplada aos seus suportes, tanto as individuais quanto as coletivas e oficiais, não é somente uma função psíquica de armazenamento, ela está fixada também nos suportes exteriores, que condicionam as experiências para serem lembradas em diferentes momentos históricos. Os limites que separam a memória individual da coletiva são bem tênues, sempre nos recorremos ao coletivo para dar significado as nossas representações. A memória individual também está acondicionada nos suportes, tais como: fotografias, diários, cartas, documentos manuscritos e impressos e demais formas de preservação que são acumulados ao longo da vida das pessoas. A memória individual é muito complexa e subjetiva, para Candau (2012), a imaginação faz parte da memória humana; consiste em tudo o que vivemos e o que imaginamos ter vivido. Portanto, existe sempre um imaginário individual que criamos para dar significado as nossas ações e desejos, criamos representações daquilo que desejamos ter vivido, ou que foi vivido pelo grupo e não exatamente pelo indivíduo.

Todo o processo de construção de memórias é sempre realizado a partir de um referente, uma determinada realidade vivida no passado, ou mesmo imaginado sobre as experiências sociais. Ainda nas explicações de Candau (2012), é possível perceber que existe a possibilidade de realizar a partir de relatos autobiográficos, sendo uma experiência em que as pessoas narram suas vivências de acontecimentos passados. O autor destaca que os relatos são compostos por diversos fenômenos, tais como: tramas discursivas, arranjos mitológicos, ocultações do que não se quer explicitar. Os relatos são construídos arbitrariamente, pois muita coisa permanece oculta, com restrições daquilo que não se quer expor, eles são carregados de emoções, pois muito do que se poderia falar é muito traumatizante. Sendo assim, é preferível que algumas coisas permaneçam no esquecimento, ocultados de um processo de socialização. A memória é uma arte da narração, somente assim ela torna-se explícita e poderá compor todo um campo de saberes sobre experiências, personagens, lugares sagrados de memórias, enfim de todo um arsenal que compõem as tramas e jogos de poder do mundo social.

O relato sobre a memória é sempre uma construção carregada de subjetividade, nunca pode ser considerado como um retrato fiel da realidade. Constitui-se sempre como interpretação, portanto, com representações sobre o que aconteceu e o que poderia

ter acontecido. Sendo uma interpretação, traz consigo a imaginação, os atos de ocultamento, o que permanece como não-dito e mesmo o que por algum motivo deve permanecer oculto do conhecimento. Somente as ações interpretativas são capazes de elucidar o que aconteceu daquilo que foi simplesmente imaginado, neste percurso interpretativo mistura-se dimensões entre o individual e o coletivo. Para Halbwachs (2004), existe sempre a possibilidade de aproximação do individual com o coletivo. O autor considera que o individual pode ser testemunha ocular das diferentes vivências, mas existe sempre essa inevitável relação com o coletivo, pois muitas de nossas lembranças são também lembradas pelos grupos. Ainda seguindo as explicações do autor, a memória coletiva é para ele a dos grupos, nos dando uma visão mais global dos acontecimentos. Ela por sua vez reúne todas as vivências dos grupos em sua constante relação com o mundo social. A memória coletiva é uma dimensão viva e está sempre em constante mudança, possui sua própria historicidade, sendo assim constituída ela pode compor o que chamamos de quadros de memória. Eles são formas de enquadrar aquilo que deve ser lembrado pelos grupos e pelo estado.

Nas explicações de Nora (1993), existe sempre a questão da problemática dos lugares, a memória é sempre esfacelada, um pouco em cada lugar, ela pode permanecer cristalizada nas representações espaciais, pois são esses os lugares onde a memória pode ser cristalizada. O autor enfatiza que a memória se enraíza no concreto, nos diferentes espaços, nos gestos, nas imagens e nos diversos objetos. Esses são suportes onde pode-se ancorar os significados mais representativos da memória, eles são conjuntos que abrigam os desdobramentos das representações elaboradas pelos indivíduos e grupos em constante processo de lutas pelo poder. Seguindo ainda as explicações do autor, existem lugares consagrados de memória coletiva, onde se apoiam os traços, os vestígios, os registros mais concretos e o que pode aparecer mais visível nas diferentes imagens. As imagens, por sua vez, são suportes privilegiados de suporte e circulação da memória, elas carregam consigo a memória das civilizações, trazendo para o tempo presente um vestígio do que aconteceu no passado. Os suportes das diferentes representações da memória, devem constituir um patrimônio da humanidade, cabe aos arquivos, museus e demais órgãos de circulação da cultura guardar esses vestígios para que as gerações futuras tenham uma noção do que realmente aconteceu nas diferentes sociedades.

A explicitação da memória para muito além dos seus suportes ela tem outras funções sociais, como a possibilidade de representação dos indivíduos e dos grupos. A

memória coletiva é um dos pontos cruciais das sociedades contemporâneas, pois ela possibilita a construção de sua identidade oficial. Os indivíduos, os grupos e as sociedades buscam construir os elementos que definem suas identidades nos diferentes desdobramentos da memória. Para Hall (2001), as identidades no mundo pós-moderno podem ser classificadas como múltiplas e, ao mesmo tempo, contraditórias, funcionando como uma forma de representação. As representações produzidas pelas diferentes identidades funcionam para definir os indivíduos e os grupos; expressam as formas de poder que cada um detém no mundo social. Os jogos de poder são constantes nas diferentes sociedades, e isso interfere na afirmação das identidades, o poder é uma forma também de imposição. Le Goff (1995), afirma que todas as classes lutam pelo poder, tanto as dominantes quanto as dominadas, buscam na memória sua afirmação e legitimidade. Ele refere-se à memória coletiva dizendo que não é somente uma conquista, mas também pode ser um instrumento e objeto do poder.

Os jogos de poder estão presentes em todas as sociedades, nas desenvolvidas e em desenvolvimento. O poder institucional pode criar mecanismos de controle da memória, em decorrência disso muitos arquivos que guardam os suportes da memória são censurados, alguns documentos não estão disponíveis para a pesquisa. Sendo assim, existe uma forma de vigilância dos mecanismos de guarda da memória, o que pode ser mostrado precisa de uma aprovação que reflete os interesses do estado. A documentação que está disponível já passou por um mecanismo de censura, pois o que permanece como não-dito pode comprometer algum grupo social ou o próprio estado. Decorrente disso, nem tudo pode ser pesquisado existe sempre um recorte da memória, o que pode ser mostrado e o que não deverá vir à tona. Muitos documentos que permaneceram por um longo período sem acesso dos pesquisadores, em outros contextos históricos podem ser disponibilizados. Alguns destes poderiam comprometer certos regimes políticos, principalmente os autoritários, que foram os maiores censuradores dos mecanismos de guarda da memória. Em um outro período mais democrático, muitos documentos são colocados à disposição do público pesquisador, desta forma elucidando uma memória não-dita.

Muito do que foi censurado pelo estado ou mesmo pelos grupos pode ser considerado como uma memória subterrânea, segundo Pollak (1989), a memória subterrânea é aplicada à memória coletiva, é um conceito-chave para o entendimento dos desafios da memória no mundo contemporâneo. Este conceito refere-se também a

atores sociais considerados como marginalizados, ou as minorias sociais. O autor enfatiza que é na história oral, que a memória subterrânea encontra o seu ápice, pois muito do que se recupera a partir dela não se encontra registrado numa documentação escrita. São memórias de pessoas comuns, de minorias, das classes dominadas e oprimidas, questões que muitas vezes não estão contempladas em uma memória oficial. O que se define como memória subterrânea, pode comportar dimensões das memórias traumatizantes, que permaneceram por muito tempo ocultas ou mesmo censuradas, permaneceram muito tempo esperando um momento para vir à tona no tempo presente. Podemos classificar como subterrâneas as memórias dos períodos autoritários, das ditaduras militares, ou mesmo as mais individuais, dos atores que foram torturados ou condenados a cumprir prisão por motivos políticos. Grandes dimensões das memórias subterrâneas permaneceram durante muito tempo ocultas, pois precisam de uma escuta para dar o seu testemunho, muitos grupos ou indivíduos tinha medo de dar o seu relato para elucidar suas memórias traumatizantes.

As memórias traumatizantes foram providas dos períodos autoritários, na ditadura militar no Brasil (1964-1985), aconteceram muitos casos de torturas, prisões, assassinatos e mesmo desaparecimentos. A memória construída sobre este período é marcada pela repressão e sofrimentos das pessoas que contestaram o regime, foi preciso criar uma Comissão Nacional da Verdade para elucidar os casos de desconsideração dos direitos humanos. Esta comissão produziu como resultado final dos trabalhos um relatório contendo a quantificação e descrição dos casos de torturas, mortes e desaparecimentos, foi um trabalho de pesquisa árduo com equipes em todo o Brasil. Os resultados contidos no relatório conseguem dar uma visão muito clara do que aconteceu na ditadura militar brasileira, com a participação de militares e civis nas torturas e mortes, consiste num verdadeiro diagnóstico do que aconteceu ao longo dos vinte anos de repressão no Brasil. As considerações contidas no relatório nos propiciam construir uma nova perspectiva de memória do tempo presente, pois contém dados e situações até então inéditas na produção acadêmica brasileira.

2.2 – Revelações de uma memória recente: o Relatório da CNV

Analisar as memórias produzidas a partir do Relatório da CNV, é um trabalho que requer, todo o cuidado para compor um conjunto significativo de informações que nos remetem diretamente ao que podemos chamar de memórias subterrâneas. São memórias, traumas, sofrimentos, ressentimentos e recalques que as pessoas guardaram

por muitos anos, é uma verdadeira memória não-dita, foi um longo silêncio e ocultamento. O ocultamento acontece por medo que as pessoas tinham de expor o que sofreram, pois o ato de narrar também causa sofrimento, é uma forma de reviver um trauma. A repressão foi tão intensa durante a ditadura militar brasileira que as pessoas que sofreram torturas ficam por muito tempo no silêncio, era algo para ser esquecido. Muitas famílias brasileiras tinham até vergonha de ter um de seus parentes torturados, não queriam expor as pessoas com medo de segregação, por ter alguém considerado subversivo dentro da própria família. Os traumas foram tão grandes que o esquecimento foi a melhor alternativa encontrada para dar continuidade as suas vidas, em algumas famílias falar da tortura era assunto proibido dentro de casa.

Os estudos de casos apresentados no Relatório da CNV, foram frutos das pesquisas sistemáticas em todo o Brasil. A CNV criou várias subcomissões que fizeram caravanas em diversos locais do Brasil para colher depoimentos e material sobre a ditadura militar brasileira. O Relatório da CNV² é bem extenso, composto de três volumes, com dados quantitativos e qualitativos, foram sistematizados os depoimentos e demais documentos pesquisados para propiciar uma noção mais abrangente de casos investigados. As análises apresentadas são bem ilustrativas, pois trazem os dados numéricos o que possibilita uma noção mais real do acontecimento. Os depoimentos são carregados de emoção e subjetividade, pois foi uma escuta confiável para tornar público as experiências traumáticas que muitas pessoas foram submetidas na ditadura militar. Para analisar com maior clareza os dados apresentados no Relatório, apresentamos a seguir uma quantificação de dados, para chegar a melhor elucidação da memória.

Dados do Relatório da Comissão Nacional da Verdade	Quantificação
Recomendações	29
Mortos	191
Desaparecidos políticos	243
Audiências públicas realizadas pela CNV	75
Depoimentos colhidos nas audiências públicas	565

² O Relatório da Comissão Nacional da Verdade foi entregue para a Presidenta da República no dia 10 de dezembro de 2014. Ele é composto de três volumes: o volume I (976 páginas) o volume II (416 páginas) e o volume III (1996 páginas) totalizando 3388 páginas. O Relatório e demais documentos da CNV estão disponíveis para a consulta pública.

Estados que sediaram as audiências	14
Laudos periciais	21
Recomendações	154,5714286
Mortos	152,5714286
Recomendações	150,5714286
Mortos	148,5714286
Desaparecidos políticos	146,5714286
Recomendações	144,5714286
Mortos	142,5714286
Desaparecidos políticos	140,5714286
Audiências públicas realizadas pela CNV	138,5714286
Depoimentos colhidos nas audiências públicas	136,5714286
Estados que sediaram as audiências	134,5714286
Laudos periciais	132,5714286
Recomendações	130,5714286
Mortos	128,5714286
Recomendações	126,5714286
Mortos	124,5714286
Desaparecidos políticos	122,5714286
Recomendações	120,5714286
Mortos	118,5714286
Desaparecidos políticos	116,5714286
Audiências públicas realizadas pela CNV	114,5714286
Depoimentos colhidos nas audiências públicas	112,5714286
Estados que sediaram as audiências	110,5714286
Laudos periciais	108,5714286
Recomendações	106,5714286
Mortos	104,5714286

Recomendações	102,5714286
Mortos	100,5714286
Desaparecidos políticos	98,57142857
Recomendações	96,57142857
Mortos	94,57142857
Desaparecidos políticos	92,57142857
Audiências públicas realizadas pela CNV	90,57142857
Depoimentos colhidos nas audiências públicas	88,57142857
Estados que sediaram as audiências	86,57142857
Laudos periciais	84,57142857
Recomendações	82,57142857
Mortos	80,57142857
Recomendações	78,57142857
Mortos	76,57142857
Desaparecidos políticos	74,57142857
Recomendações	72,57142857
Mortos	70,57142857
Desaparecidos políticos	68,57142857
Audiências públicas realizadas pela CNV	66,57142857
Depoimentos colhidos nas audiências públicas	64,57142857
Estados que sediaram as audiências	62,57142857
Laudos periciais	60,57142857
Recomendações	58,57142857
Mortos	56,57142857
Recomendações	54,57142857
Mortos	52,57142857
Desaparecidos políticos	50,57142857
Recomendações	48,57142857

Mortos	46,57142857
Desaparecidos políticos	44,57142857
Audiências públicas realizadas pela CNV	42,57142857
Depoimentos colhidos nas audiências públicas	40,57142857

Tabela produzida a partir dos dados disponíveis em: Comissão Nacional da Verdade no Brasil, julho 2015. Disponível em www.cnv.gov.br.

A tabela é bem ilustrativa com dados que comprovam as atividades da CNV durante estes dois anos de trabalhos realizados no Brasil, as ações foram realizadas em equipes coordenadas pela comissão central, que criou subcomissões, para dar continuidade as tarefas em diferentes estados do Brasil. Os estados visitados foram num total de quatorze, onde foram realizadas audiências públicas para colher depoimentos e também busca de documentos sobre a ditadura militar no Brasil. Todos os depoimentos foram sistematizados para fornecer informações que juntamente com a documentação escrita deram base para a sustentação do Relatório. As caravanas realizadas nos estados tiveram apoios de diferentes instituições como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), muitas universidades e demais órgãos de preservação dos direitos humanos. Nas audiências públicas eram convidadas pessoas que foram vítimas da ditadura, presos políticos, pessoas que foram torturadas e familiares dos mortos e desaparecidos. Também participaram pessoas ligadas aos direitos humanos que deram sua contribuição para elucidar uma memória sobre o período investigado pela CNV.

Os depoimentos colhidos nas audiências públicas foram fundamentais para a complementação das informações obtidas nas fontes escritas, foi um verdadeiro exercício de retomada de uma memória subterrânea. Os depoentes encontraram uma escuta segura para darem os seus relatos, muitos destes depoentes nunca haviam falado sobre a tortura em público, tinham receio de retomar os seus traumas. Os depoimentos encontraram ressonância nos grupos, pois foram várias as pessoas que dividiram suas experiências, angústias e traumas, o que o indivíduo temia em expor o grupo dava apoio. As pessoas que conduziram os depoimentos tinham experiência na escuta, procuravam dar segurança para que desejava falar, foi uma escuta muito qualificada. Os relatos são fundamentais para a complementação dos dados documentais, e mesmo para elucidar questões muito pessoais que não constam oficialmente registrados.

A partir dos depoimentos foi possível construir o que denominamos como memória subterrânea, aquela que permaneceu muito tempo recalcada, como não-dita num total esquecimento. São memórias de indivíduos e de grupos, considerados como minorias pelos regimes autoritários, por isso permaneceram durante tanto tempo no esquecimento. Somente com o apoio da CNV foi possível fazer essas audiências para dar visibilidade para essas minorias que sofreram com as prisões, torturas e mesmo desaparecimentos. Os depoimentos trouxeram à tona uma verdade até então não explicitada, trazem experiências cotidianas da tortura, das prisões e perseguições do período militar. Foi possível cruzar dados relevantes, pois os relatos trazem o cotidiano de vivência dos perseguidos, comparados com os documentos escritos, podem revelar situações traumáticas passadas durante as torturas. O cotidiano das prisões, o isolamento da família e dos amigos, tudo isso foi relatado com detalhes que elucidam a barbárie da ditadura no Brasil. Com a tabulação dos dados dos depoimentos, foi possível perceber que as pessoas que passaram pela tortura, tinham muito a dizer, a documentação oficial é parcial, apenas com dados que interessavam à ditadura, aquilo que poderia ser mostrado pelos comandos das forças armadas.

A tarefa de tomar depoimentos e construir os relatos exigiu da CNV toda uma estratégia de apoios, sendo assim, foi criada a Clínica do Testemunho, uma dimensão para fazer depoimentos com o auxílio de psicólogos e psicanalistas. A Clínica do Testemunho dá continuidade aos trabalhos da CNV em todo o Brasil, é um trabalho qualificado na coleta de depoimentos que acolhe as pessoas vítimas da ditadura militar e faz todo um trabalho de acompanhamento psicológico. Após o período de acompanhamento as pessoas dão os seus depoimentos, ou mesmo nas audiências públicas as que sentirem-se encorajadas para falar. Os trabalhos da Clínica do Testemunho consistem numa escuta qualificada, com acompanhamento de pessoas que tem um preparo para a produção do relato. Todos os relatos produzidos farão parte de um dossiê que complementa o Relatório da CNV, é um trabalho de continuidade das ações implementadas, pois durante os dois anos de permanência da comissão não foi possível coletar todos os depoimentos. A partir dos trabalhos da CNV as pessoas começaram a se empoderar e tiveram coragem de dar os seus relatos, isso é fundamental para a elucidação de uma memória subterrânea sobre a tortura no Brasil.

O número de mortos contabilizados no Relatório da CNV, foram obtidos a partir de dados oficiais nos inquéritos, pois não se pode contar com os casos omissos na

documentação. Muitas pessoas que foram dadas como desaparecidas foram mortas pela repressão e foram enterrados em cemitérios clandestinos, por isso não constam na lista oficial das mortes. Pode-se constatar também que muitos órgãos responsáveis pelas torturas e mortes queimavam a documentação oficial, como uma forma de não ter vazamento de informações. Em vários exércitos brasileiros e demais órgãos de torturas, a documentação foi totalmente incinerada, pois não queriam assumir uma culpa das mortes. Convém salientar, que a prática da tortura e mesmo as mortes foram feitas nos mecanismos do estado, sendo assim é preciso fazer uma reparação destes com a sociedade. As recomendações feitas pela CNV servem para elucidar a tortura, maus tratos e mortes cometidas com o apoio do estado, não se tem a intenção de processar e punir torturadores, mas produzir uma verdade sobre o que aconteceu durante a ditadura militar no Brasil.

Merece atenção especial os trabalhos da CNV sobre a Guerrilha do Araguaia, pois os dados são muito subjetivos, não se tem como confirmar com clareza o número de mortos, pois sabe-se pelos depoimentos que os mortos ultrapassam os dados contabilizados no Relatório. A Guerrilha do Araguaia ainda carece de uma investigação mais sistematizada, com um tempo maior para a coleta de depoimentos das pessoas sobreviventes. Por intermédio dos depoimentos foi possível perceber que o número de mortos foi exorbitante, foi um verdadeiro massacre para a população local e para os índios que participaram da resistência da guerrilha. Algumas entidades ligadas aos direitos humanos comentam que o assassinato de índios foi violento durante a ditadura militar no Brasil, é ainda preciso um estudo detalhado para dar conta dessa problemática. Sendo assim, o que podemos constatar no Relatório da CNV é que os dados são oriundos de uma pesquisa realizada por uma equipe, num curto espaço temporal. Neste sentido pode-se observar que ainda é preciso continuar com as investigações para termos detalhes dos acontecimentos para se chegar a números mais precisos sobre as mortes e desaparecimentos.

Os casos de desaparecido que constam no Relatório da CNV, foram decorrentes de denúncias de familiares que tiveram pessoas que nunca mais retornaram para casa, muitos que já estão desaparecidos há praticamente quarenta anos. Isso decorre de um processo muito lento do estado de realizar a exumação das ossadas humanas encontradas nos cemitérios clandestinos, pois a grande maioria destes desaparecidos já estão mortos. Alguns desaparecidos foram para outros países e ainda não encontraram

condições de retornar para suas famílias no Brasil, por motivos muito subjetivos, pois alguns já constituíram novas famílias em outros países. É preciso todo um trabalho de reconhecimento de ossadas para revelar a identidade dos mortos, pois as famílias dão como desaparecidos, mas sabe-se que muitos foram mortos pela ditadura. Algumas famílias recorreram à uma justiça de transição para pedir reparação do Estado para os mortos e desaparecidos. Neste sentido, é um dever do estado fazer a reparação para os familiares que perderam pessoas num período muito crítico da história brasileira.

Conclusão

Os recentes estudos sobre a memória indicam que é possível a construção de um conhecimento baseado em situações e vivências mais próximas a realidade dos diferentes atores sociais. É preciso todo um investimento em pesquisas de caso, para trazer à tona o que realmente aconteceu. Sendo assim, os dados são fundamentais para que se esclareça e elucidam-se os desdobramentos da memória, para ir muito além de uma memória oficial do estado. É necessário trazer a memória coletiva e a subterrânea, dando voz para as minorias, pelo menos as consideradas como minorias que sofrem discriminação em diferentes contextos históricos. A memória sofre muitas censuras, principalmente de estados autoritários, onde estabelecem aquilo que pode ser mostrado e considerado como oficial. Não se deve pensa-la como uma forma restrita de elementos pertencentes somente as classes que estão no poder, precisa-se explicitar as experiências e vivências de todos os segmentos sociais.

A censura à memória é uma forma de restrição ao que deve ser mostrado, ficando no esquecimento questões que são fundamentais para a construção das identidades individuais e coletivas. Não é possível estabelecer parâmetros que definam as identidades a partir de elementos censurados, é nossa tarefa enquanto cidadãos lutar por uma memória que liberta, que esteja presente em todos os grupos e sociedades. Tanto as sociedades desenvolvidas quanto as em desenvolvimento, a memória sempre é um fator de disputas, pois ela possibilita a afirmação e legitimidade do poder de representação. Desta forma, tornando legítimas as representações que os indivíduos, grupos e Estado elaboram para manter a noção de unidade de um país. As sociedades desenvolvidas afirmam uma memória vitoriosa sobre o seu passado, elegendo elementos que legitimam a união e o progresso. As sociedades em desenvolvimento lutam para apagar os resquícios colonialistas que as identificaram por muito tempo, buscam uma

memória que possa construir e afirmar uma identidade libertadora, capaz de dar sustentação a uma nova realidade num contexto já pós-moderno.

As discussões teóricas e metodológicas sobre as aplicabilidades da memória, no mundo contemporâneo, são capazes de esclarecer sobre as possibilidades e limites de uma noção que se constrói cotidianamente na pesquisa acadêmica. É preciso uma discussão constante entre uma noção teórica e sua aplicabilidade na práxis, pois alguns conceitos e definições encontram dificuldades para dar uma explicação mais abrangente para os estudos de caso. Os conceitos sobre memória são capazes de elucidar uma problemática bem contemporânea, pois os desdobramentos destes validam várias situações que foram vividas por atores sociais em diferentes contextos de pertencimento. Sendo assim, pode-se afirmar que é sempre importante uma discussão que de conta de uma problemática que é posta à prova em cada estudo de caso.

Nas considerações teóricas e metodológicas chegar a um conceito de memória subterrânea significou dar voz e vez para indivíduos e grupos minoritários, mostrando suas experiências, sofrimentos, traumas, silêncios e esquecimentos. É uma verdadeira memória que permaneceu durante muito tempo como não-dita, pois os mecanismos de censura foram muito fortes capazes de impedir sua elucidação. Elucidar uma memória subterrânea é permitir o conhecimento de uma perspectiva que permaneceu no esquecimento, desta forma pode contemplar dimensões que não são conhecidas e registradas numa documentação oficial. Pois a memória subterrânea está ancorada na história oral, é preciso todo um trabalho de resgate e escutas para construir relatos sobre vivências. Talvez esta seja uma das grandes contribuições da CNV para a memória do tempo presente, produzir relatos, ouvir depoimentos de pessoas que foram vítimas dos processos de torturas e repressão durante a ditadura militar.

A memória subterrânea produzida e recuperada a partir do Relatório da CNV é uma contribuição importante, para a memória do tempo presente no Brasil. Os dados levantados nas pesquisas, embora ainda parciais, são reveladores de vivências que não estavam contemplados numa documentação oficial. São indícios de experiências que atores sociais vivenciaram durante um período de extremo autoritarismo, suas memórias são testemunhas de uma realidade que não queremos mais que volte a acontecer. A memória a ser produzida depois do Relatório vai servir como base para novos estudos, mostrando para a sociedade brasileira dimensões reais de vivências. Embora se tenha muitas críticas a CNV e ao Relatório produzido, ela foi importante num período

histórico já democrático que buscou uma reconciliação do Estado com a sociedade. É preciso mostrar para as novas gerações que não viveram durante a ditadura militar e mesmo os que foram vítimas, uma história que de conta de uma realidade plausível, baseada em fontes documentais que expressam uma verdade.

Referências

CAUDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO BRASIL. ago. 2012. Disponível em <<http://blog.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. julho 2015. Disponível em <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2016.

_____. set. 2012. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A Editora, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História em memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**, nº10. São Paulo: PUC, 1993. PP. 7-28.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, PP. 3-35. (disponível para download em WWW.cpdoc.fgv.br)

_____. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, PP.200-215. (disponível para download em WWW.cpdoc.fgv.br)